

**INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA
UMA ABORDAGEM SOBRE ORGANIZAÇÕES, PROPOSTAS E IDEOLOGIAS NO
CENÁRIO BRASILEIRO**

Adilson Cabral

mestre e doutorando em Comunicação Social
pela Universidade Metodista do Estado de São Paulo.
Professor de Comunicação Social da
Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.

RESUMO

A proposta desse artigo é analisar a atualização do conceito de democracia aplicado ao contexto da informática e da comunicação, mediante leitura comparativa da atuação de duas organizações sociais significativas no contexto brasileiro: o “Comitê para Democratização da Informática” (CDI), que, a partir de um trabalho nuclear em comunidades do Rio de Janeiro, desenvolve as chamadas Escolas de Informática e Cidadania (EICs) em 17 estados brasileiros e três países e o “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação” (FNDC), formado pela articulação de pessoas, grupos e organizações, em torno de várias frentes de luta no campo da comunicação no Brasil, que chegou a contar com 44 Comitês regionais e Comissões pró-Comitês, além de 32 entidades nacionais.

Pretendemos refletir nesse artigo a assimilação dos ideais democráticos na atuação destas organizações a partir dos discursos institucionais que refletem suas concepções, projetos e realizações, seu alcance e eficiência junto aos diferentes públicos, visando tornar essas temáticas cada vez mais visíveis junto ao público em geral.

Palavras-chave: Comunicação – Cidadania – Movimentos sociais

VARIANTES DO MESMO TEMA

Não bastassem as evidências proporcionadas pelas recentes transformações no contexto econômico e político, a implementação e o controle das novas tecnologias de informação e comunicação, numa perspectiva cada vez mais integrada, nos levam a pensar sua devida importância no contexto sócio-cultural, enquanto ferramentas de apoio e ambientes de produção de sentido e construção de identidades entre povos, pessoas, grupos e organizações. Tais mudanças, nas palavras de Regina Festa, apontam para “um outro estado de consciência informacional, emergindo ao nível planetário” (FESTA, 2001: 18).

Podemos afirmar, num sentido mais amplo e global, que a democratização da informática e da comunicação são fundamentais para a democratização da sociedade. O aspecto democratizante da informática reside no acesso e na socialização de informações, compartilhadas a partir de diversos ambientes comunicacionais – a Internet entre eles - e o acesso ao seu próprio suporte (softwares de código aberto / interfaces amigáveis entre usuários e computadores). A necessidade de uma melhor comunicação se percebe nas reivindicações de organizações sociais sobre as mais variadas temáticas, entretanto, essa demanda latente, não se traduz numa demanda patente, isto é, não é devidamente abraçada na definição de políticas públicas sobre o tema.

Sintomática nesse sentido é a composição do Fórum Terra, Trabalho e Cidadania, formado por partidos e sindicatos de esquerda, organizações não-governamentais, movimentos sociais (MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, ABI – Associação Brasileira de Imprensa, CMP – Central dos Movimentos Populares), dentre outros. Numa lista representativa de mais de 40 entidades, não se encontra o nome do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Se o entendimento da comunicação como outro eixo central - além dos três manifestados - pode ser tomado como exagero, perceber sua importância, dando a devida visibilidade a essa temática em estratégias e ações, é determinante para otimizar a participação das organizações nessas frentes de luta.

Podemos observar, em decorrência desta realidade, outro aspecto em comum nessas duas áreas: tanto a informática, quanto a comunicação apresentam, em sua constituição, as características de atividade-meio e de atividade-fim. Isto é, tanto servem de base para o estabelecimento de relações a partir dos mais variados temas, quanto também comportam uma série de demandas específicas, implicando em estratégias e ações apropriadas.

Pautado nessas concepções, este artigo pretende investigar e evidenciar a concepção de democracia aplicada ao contexto da informática e da comunicação, traduzida nas atuações de duas organizações sociais significativas no debate sobre tais temáticas no Brasil:

- o Comitê para Democratização da Informática (CDI) que atua desde 1995, a partir de um trabalho nuclear em comunidades do Rio de Janeiro, formando as chamadas Escolas de Informática e Cidadania (EICs), encontra-se hoje com trabalhos em 17 estados brasileiros e três países;
- o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), surgido em abril de 1991, a partir da atuação em várias frentes de luta no campo da comunicação no Brasil, que chegou a contar com 44 Comitês regionais e Comissões pró-Comitês, além de 32 entidades nacionais.

Pretendemos refletir a assimilação dos ideais democráticos na atuação destas organizações a partir de documentos, reportagens e artigos que refletem seus projetos e realizações, seu alcance e eficiência junto aos diferentes públicos e os desdobramentos previstos visando tornar essas temáticas cada vez mais visíveis junto ao público em geral.

INFORMÁTICA E CIDADANIA: simplicidade e eficiência

O Comitê para Democratização da Informática (CDI) é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que desenvolve programas educacionais e profissionalizantes (Escolas de Informática e Cidadania - EICs), junto a comunidades pobres, principalmente crianças e jovens.

Desde a concepção do projeto e sua implementação, a inserção dos públicos beneficiados no mundo da informática é proposta a partir do mundo do trabalho, seja a partir de um conhecimento agregado às capacidades técnicas e intelectuais dos alunos, seja encaminhando-os para estágios em empresas conveniadas ou mesmo visando ao desenvolvimento de projetos de geração de renda.

Através de parcerias com organizações comunitárias e com o apoio de diversas empresas, O CDI já conta com cerca de 217 escolas em 32 cidades de 17 estados do Brasil, registrando mais de 60 mil estudantes. O CDI fornece a estas escolas o auxílio técnico, o treinamento de professores e o desenvolvimento do programa de estudos (metodologia), além de fornecer software e equipamentos de informática arrecadados através de campanhas de doação.

Além de desenvolver o trabalho pioneiro de levar a informática às populações menos favorecidas, o CDI promove a cidadania, alfabetização, ecologia, saúde, direitos humanos e não-violência, através da tecnologia de informação. Dessa forma, não trata a informática apenas como atividade-fim, mas também atividade-meio ao mostrar seu benefício nos mais diferentes contextos e também promove conexões entre diferentes áreas do conhecimento e de atuação comunitária a partir da contribuição e do conhecimento digital.

Em 1999, o CDI estabeleceu sua primeira filial internacional em Tóquio, que arrecada computadores para serem enviados a países em desenvolvimento. Em 2000 já foram criados mais três CDIs Internacionais, Uruguai, Colômbia e México, segundo dados disponibilizados no site <http://www.cdi.org.br>.

Se pudéssemos eleger dois principais fatores de sucesso e eficiência na história e na atuação do CDI, estes seriam a simplicidade, que sempre pontuou a apresentação de suas propostas e atuações, e o pioneirismo na reflexão e na ação a partir de um tema tão presente, quanto determinante na sociedade contemporânea: a inclusão digital dos excluídos sociais.

Democratizar a Informática para o CDI é, nada mais nada menos, “levar a informática às populações menos favorecidas”. Conscientes de sua importância e de seu pioneirismo, o CDI foi conquistando adesões de pessoas ligadas às organizações sociais, de profissionais de informática e, mais tarde, de organizações acadêmicas e sociais que respaldaram a premência dessa atividade.

No desenvolvimento de sua proposta, o CDI evidencia a aliança entre informática e cidadania no estabelecimento das EICs, levantando as diversas temáticas já apresentadas, tendo como base o ambiente tecnológico. Entretanto, não introduz no cotidiano das ações das EICs um debate mais expressivo sobre a democratização da informática do ponto de vista das políticas públicas e leis de incentivo. A democratização do acesso passa por uma série de acordos, relacionados estes à doação de

micros usados por parte de empresas e pessoas físicas, não pelo debate público – necessário, porém complexo – das questões que envolvem a indústria da informática no país: preço de equipamentos e softwares (em decorrência, políticas de incentivo aos programas gratuitos e de código aberto), produção (competências cognitivas e espaços de interlocução a partir do suporte digital e desse imenso ambiente comunicacional chamado Internet), infra-estrutura etc.

O estabelecimento de uma proposta tão prática, quanto eficiente e tão efetiva e precocemente necessária, quanto pioneira, foi uma decorrência natural para a visibilidade às ações e sensibilizar voluntários e financiadores em potencial, contabilizando os louros do sucesso e semeando essa visão possível de uma informática plenamente democrática, sonho de seu mentor, Rodrigo Baggio.

Bons e velhos Comitês

Tão cristalina e aplicável é a idéia de proporcionar a inclusão digital a partir da disseminação de cursos junto a comunidades carentes, que nem mesmo o fato de sua expansão ter sido pensada a partir de Comitês locais e regionais – estratégia tão antiga, quanto a primeira rebelião coletiva que se pensou projetada – conseguiu abalar as adesões e simpatias do público em geral, mesmo que não voluntários.

No embalo da Campanha contra a Fome, promovida pelo sociólogo Herbert de Souza, o CDI introduziu - a partir de uma dinâmica exclusiva, não integradora em relação a outras causas sociais – a temática do amplo acesso à informática por parte do público potencialmente excluído dessas tecnologias.

A disseminação das EICs é implementada a partir do apoio na constituição de um Comitê Local – gestor da Escola - e de um projeto pedagógico elaborado por pesquisadores em Educação da UNICAMP. Para o CDI, o sucesso na implementação de uma EIC está relacionado à existência de um grupo organizado, responsável por contactar organizações e organizar campanhas de mobilização – estes são os Comitês Regionais ou Internacionais, contabilizados até o momento em 32 CDIs Regionais e 4 Internacionais.

Para desenvolver as atribuições acima citadas, são formados grupos de voluntários com determinadas aptidões: experiência com comunidades e/ou organizações não-governamentais para viabilizar as parcerias, conhecimento de software e hardware para montar e instalar os computadores, uma pessoa com formação pedagógica e noção avançada de informática para ensinar os futuros

instrutores das EICs e uma pessoa que possa articular campanhas de arrecadação de equipamento e solicitar o apoio de empresários, companhias e outras instituições.

Merece destaque o fato de que, em tempos de uma consolidação cada vez maior das organizações sociais em projetos aplicáveis dentro de uma lógica do mercado (determinantes do seu retorno, de sua viabilidade, etc), a formação de Comitês Locais surge como inibidora da figura da organização não-governamental como intermediadora entre financiador e comunidade beneficiada, característica fundamental daqueles que se pretendem ensinar a pescar.

A dimensão institucional na organização dos Comitês

Na mesma moeda, a organização autônoma dos Comitês Locais pode oferecer um caráter de institucionalidade às atividades desenvolvidas nas comunidades, proporcionando a incorporação das lógicas de mercado no seu próprio contexto. Os cada vez mais populares projetos de geração de renda ou de capacitação profissional, ao mesmo tempo em que oferecem uma possibilidade de integração sócio-econômica, referenciam-se pela mesma dinâmica capitalista de produção de renda.

Cabe, no contexto de um projeto de perspectivas mais amplas, estabelecer as dimensões, os limites e as articulações necessárias, visando a democratização da informática tanto no âmbito sócio-cultural, como no político-econômico. Investigar e buscar também as relações definidoras de uma pauta mais abrangente que dê conta de inserir o CDI e seus Comitês Locais no seio de um debate mais amplo, envolvendo outros atores sociais com fins semelhantes.

DEMOCRATIZAR A COMUNICAÇÃO: concretizando uma proposta abstrata

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) foi criado em abril de 1991, fruto da necessidade de uma nova perspectiva de atuação, motivado por uma articulação de diversos movimentos sociais e organizações ressentidos de visibilidade na mídia e cientes das demandas nas suas lutas específicas.

O FNDC se consolidou como movimento social, introduzindo uma nova temática junto à sociedade civil, embora não tão bem assimilada por seus próprios integrantes. A democratização da comunicação era entendida como conquista fundamental para a democratização da sociedade, traduzindo-se na atuação simultânea em várias frentes de luta: a implantação do Conselho de

Comunicação Social, a disputa da regulamentação da TV a Cabo e da elaboração de uma nova Lei de Imprensa - que posteriormente, resultou no projeto da Lei da Informação Democrática - e, também, um pouco mais tarde, a luta pela reestruturação da Rede Manchete, além da Lei de Radiodifusão Comunitária.

Esta multiplicidade de frentes foi sucessivamente adiando a elaboração de uma proposta abrangente e sistemática para a área da comunicação. A intensa atividade, sem dúvida, prejudicou o avanço do debate teórico e político, mas produziu um importante acúmulo de reflexões (HERZ, 1994). Traduziu-se numa “rede de redes”, nos dizeres de Ilse Scherer-Warren, conceito aplicado ao movimento de comunicação para definir o papel do FNDC (SOUZA, 1996: 100).

Uma década depois de seu surgimento, passada também a crescente adesão, a euforia, e algumas conquistas (tais como as leis que deram origem aos canais comunitários e universitários e que, de uma certa forma, contribuíram para o engajamento de rádios comunitárias dos mais diversos tipos em todo o país), podemos observar com mais clareza que a atuação do FNDC entendia a democratização da comunicação como o estabelecimento de leis mais democráticas, como se o estabelecimento de parâmetros legais fosse garantia de uma melhor articulação entre setores sociais e palco para uma melhor distribuição e alcance das informações.

Ao sublimar o debate sobre a política pública de caráter mais cotidiano dos movimentos sociais e o amadurecimento sobre a linguagem e a assimilação do sistema de comunicação no Brasil por parte desses meios, promoveu-se o crescente distanciamento das organizações que conferiam ao FNDC um caráter mais amplo (CABRAL, 1998).

O Fórum, que como vimos, chegou a contar com a adesão de 44 Comitês Regionais e Comissões pró-Comitês, além de 32 entidades nacionais. Estes números expressivos não escondem os diversos problemas orgânicos e políticos que dificultam suas ações. Principalmente se pensarmos a idéia de democratização da comunicação em sua dimensão prática e cotidiana: quais integrantes das entidades participantes do FNDC participavam efetivamente de suas esferas de decisão e articulação? Quantos participantes dessas entidades associadas envolviam-se direta ou indiretamente com os debates e ações implementados pelo FNDC?

Em virtude desse vácuo entre reflexões e ações, entre formulação teórica e base de sustentação para implementação de estratégias, é que o FNDC chegou ao ano de 1994 com um grande acúmulo a

respeito das áreas de atuação desse complexo cenário, proporcionado por uma possível democratização da comunicação, embora não contasse com uma base de apoio suficientemente engajada para levar à frente suas formulações.

A idéia de um movimento social formado por entidades representativas, visando lutar pela democratização da comunicação no Brasil não é só necessária no contexto do próprio sistema de comunicação e da afirmação do acesso e do controle público, bem como da produção em larga escala. Também é determinante para cada entidade participante do FNDC o entendimento do papel da comunicação em suas próprias lutas específicas.

A contribuição das várias questões oriundas da diversidade apontada como uma das grandes qualidades do FNDC deve ser a força-motriz de um movimento que se pretenda promotor, estimulador, incentivador da democratização da comunicação no país. Assimilar, apreender e buscar perspectivas de superação no âmbito dos mais variados impasses impostos aos movimentos sociais, a partir da contribuição da comunicação como prática e como área do conhecimento, possibilitará a configuração de uma demanda patente, revertida em projetos e ações visando o pleno engajamento dos movimentos nesse debate de fundamental importância.

Algumas das várias atuações que orientam a formação e a articulação de movimentos são as ligadas aos bens de consumo coletivo, a questão da terra, as condições gerais de vida, as desigualdades culturais, a questão trabalhista, a defesa dos direitos humanos e de problemas específicos, tais como os menores de rua, pais e alunos de escolas, etc (PERUZZO: 1999, 44-45). A simples observação do discurso e das questões apresentadas por representantes de cada um desses movimentos, nos elucidaria a referência constante à comunicação, seja na produção de mensagens confusas, equivocadas ou mesmo não pertinentes por parte da mídia, seja pela incapacidade de se promover meios alternativos ou mesmo de dar visibilidade às suas idéias e ideais em meios já existentes.

Clarificar a idéia de que a temática da comunicação está articulada intrinsecamente às várias lutas sociais é um papel prioritário para um Fórum possível que se proponha à ousadia de pensar uma comunicação mais democrática num país como o Brasil, entendendo não só a regulação, mas também a inclusão das pessoas, grupos e organizações nos canais disponíveis.

Nesse sentido, o programa estratégico do FNDC, aprovado na Plenária de Salvador em 1994, aponta a necessidade desse posicionamento: “Esta luta requer mais capacidade de reflexão sobre a

problemática da comunicação e sobre a complexidade e grandiosidade das iniciativas que podem e devem ser empreendidas, e deve superar a mobilização para adesão a projetos prontos e acabados e a assimilação acrítica de slogans grandiloqüentes” (HERZ, 1994).

A democracia é o limite (! / ?)

Apesar de todo esse debate em torno da configuração de um modelo possível de democracia relacionada a duas áreas cruciais para a participação - a consciência e o estímulo à cidadania na sociedade - outro debate ainda se faz necessário, principalmente para que não se percam referências e objetivos: será que a democracia deve ser entendida como motivação última de um movimento? A quem ela efetivamente interessa?

Palavra comum às duas organizações aqui estudadas, a democracia não é absolutamente um consenso no campo das ciências políticas e sociais. Não se trata aqui de esboçar um tratado sobre o conceito, mas sim evidenciar algumas definições relevantes no contexto dessa reflexão.

A participação pública nos meios de produção sempre foi uma perspectiva insistentemente reivindicada por parte dos vários movimentos, nas mais diferentes instâncias. A associação entre participação e poder sempre foi vista como crucial para o debate da própria concepção de democracia, em seu sentido mais classicamente conhecido: um governo do povo, pelo povo e para o povo.

No âmbito da comunicação, as diversas reivindicações giram em torno da amplitude do acesso, da posse, do controle e da produção por parte da população. Quatro temáticas com aspectos diferentes, que implicavam em reflexões, propostas e ações as mais diferenciadas. Relembrando a proposta e o entendimento do CDI, democratizar a informática implica na ampliação do conhecimento por parte da população a princípio excluída, a partir do acesso e da produção já facilmente disponibilizados pelo próprio suporte tecnológico. A dimensão mais crítica do controle e o acesso a programas e equipamentos são debatidos de forma embrionária, não determinante no interior dos projetos.

O FNDC esgarçou o debate sobre a reflexão desses conceitos, nos quais o poder-fazer foi sempre mais contemplado do que o como-fazer. O debate sobre a linguagem e a comunicabilidade com o público foi restrito às organizações implementadoras de projetos comunitários: desafio sempre

presente e motivação de algumas iniciativas, em especial nos movimentos de rádios comunitárias e nos canais comunitários de TV a Cabo, espalhados pelo país.

O paradigma da “comunicação para todos” foi colocado em primeiro plano em relação ao da elaboração de uma comunicação que contemple e seduza a todos. Tal concepção se insere no entendimento e na defesa de uma concepção de democracia que contempla a afirmação da massa a partir de seu caráter essencialmente coletivo, omitindo suas variadas nuances e aspectos individuais. Insere-se numa reflexão sobre a percepção do surgimento das massas e seu impacto sobre a condição democrática desenvolvida por Barbero, para quem “o princípio moderno do poder legítimo acabará legitimando a maior das tiranias” (BARBERO: 1997, 45), onde a importância é dada unicamente à quantidade de pessoas, mais do que à razão e à virtude de uma dada questão.

A representatividade é colocada desta forma como um componente indispensável para a apresentação e a afirmação de propostas, sendo “um de seus princípios de legitimidade fundamentais” (RUBIM, 2000: 45). A dimensão de um movimento torna-se mais pertinente diante de sua adesão, mesmo que não consciente, por parte das organizações e grupos que se inserem num projeto maior. A idéia de um projeto viabilizador da democracia na comunicação se assume de um consenso que inibe a participação e a contemplação de minorias e de visões que potencializassem a idéia de um movimento mais plural.

Um debate como o da comunicação - tanto na organização das forças reivindicadoras, quanto na visibilidade dos resultados - é fruto do entendimento e do estímulo à plena participação, à expansão das possibilidades de formação de consciência crítica, que possibilitem o resgate cultural e a valorização da auto-estima, inibindo a alienação das várias culturas soterradas pela homogeneização da cultura em âmbito global.

A manifestação das minorias num contexto mais amplo foi contemplada na ótica anarquista, que via na democracia uma espécie de ditadura das massas, pintando com cores mais fortes a afirmação de Barbero. Malatesta nega a idéia de governo do povo, pois “isto suporia o que não acontece jamais, a saber, a unanimidade das vontades de todos os indivíduos que compõem o povo” (MALATESTA, 2000: 85).

Urge trazer a dimensão desta incômoda realidade, tal como também buscar formas de organização e articulação dos mais variados públicos e interesses estimulando e evidenciando as mais

variadas frentes de atuação. Necessário é um movimento que afirme e contemple tal prática, uma forma de gestão que a assimile (não o Estado) e uma força impulsionadora de suas práticas (não o Mercado).

Uma outra comunicação é possível, mas quem a fará !?

Se pudéssemos tirar uma primeira comparação entre o modelo do FNDC em relação ao do CDI, poderíamos concluir que o do FNDC foi mais ousado conceitualmente, embora pecasse por não se preocupar em incorporar o conjunto de seus participantes no contexto de sua pauta de atuação. Por sua vez, tendo o CDI uma atuação mais simples, não parte de uma perspectiva mais abrangente de reflexão e ação para “democratizar” a informática, embora conte com um “exército” mais capacitado para tal.

Percebe-se também a dimensão democratizante dessas duas áreas como palco para uma efetiva democratização da sociedade. Com canais de comunicação mais acessíveis e acessáveis, podemos contar com articulações mais constantes e frutíferas, com produções mais frequentes e diversas e com mais e melhores esclarecimentos em torno dos conteúdos disponibilizados, atributos determinantes da tão almejada formação de consciência crítica.

A utilização da comunicação para os movimentos sociais, sua formulação e desenvolvimento, contribui para o desenvolvimento de macropolíticas alternativas, ou seja, da implementação de pessoas, grupos e organizações articuladas em rede. Essa proposta está no cerne da articulação de rádios comunitárias e acompanha alguns segmentos de destaque, tais como a Rede Mulher, a Rede PTA - de Tecnologia Alternativa em Agricultura, a Rede Criança, etc (CABRAL, 1998).

Ao contrário do modelo de controle público, que pressupõe composição de setores, as redes de macropolítica alternativa se pretendem autônomas em sua origem, articulando-se entre si e tendo consciência de sua própria identidade. Por consequência, reconhecem Governo e Mercado não como parceiros, mas como atores necessários no limite de suas atribuições conjunturais. Articulam-se a partir da afinidade de projetos: afirmação da mulher, agricultura alternativa, contra o trabalho infantil ... e suas ações formam um modelo que serve de contribuição para leis e novas adesões, bem como sua capacidade de resistência, tanto política, quanto de continuidade, estará relacionada ao caráter comum de compromisso ético, político e social de seus participantes.

A Internet terá um papel inestimável nesse contexto de democratização, de articulação entre os mais diversos povos, de diversificação na produção e no acesso aos vários conteúdos. Segundo Regina

Festa (2001) a Internet representa a “imagem-símbolo de um mundo em descontrole”, sendo a única revolução midiática realmente imprevista dos anos 90 e incontrolável para todos.

Tanto o Comitê pela Democratização da Informática, em plena e crescente atividade, quanto o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, em plena e constante reconstrução, têm, no tocante à Internet, um ambiente pleno de construções de identidades, produções de sentido, palco para debates, definições, implementações e vivências de mútua compreensão.

Mas, mais do que isso, a Internet como ambiente comunicacional pode representar para ambos uma metáfora plausível para suas utopias possíveis: uma rede interligada não mais formada por emissores e receptores de mensagens, mas sim tecida e interligada por agentes de comunicação, transformadores de suas configurações a cada novo contexto de circulação de mensagens em seu (ciber)espaço.

Democratizar a comunicação e a informática, nesse sentido, terá o sabor de uma inserção coletiva, mas não determinante, de cada indivíduo ou grupo numa perspectiva global e talvez tais contextos, conceitos e pretensões sejam pensados numa dimensão mais ampla.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTIN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

CABRAL, Adilson. Rompendo fronteiras: a comunicação das ONGs no Brasil. Rio de Janeiro, Achiamé, 1996.

Democratizar a comunicação para democratizar a sociedade: um desafio, um mito, texto apresentado no Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM, Santos, 1997 (mimeo.)

Um mito de concreto, 1998 (mimeo.)

COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA – <http://www.cdi.org.br>

FESTA, Regina. Por um outro fórum. In. Caros Amigos, n.º 8, março 2001.

HERZ, Daniel. Bases de um programa para a democratização da comunicação no Brasil. 1994 (mimeo.)

MALATESTA, Errico. Escritos revolucionários. São Paulo, Imaginário, 2000.

PERUZZO, Cicília. Comunicação nos movimentos populares. Petrópolis, Vozes, 1999.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Comunicação e política. São Paulo, Hacker Editores,

2000.

SOUZA, Márcio Vieira de. As vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil. Florianópolis, Diálogo, 1996.